

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ANEXO 4

**MANUAL DE METODOLOGIA DO PPGD/UFMT:
PROJETO DE PESQUISA, DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E TESE DE
DOUTORADO**

Prof. Dr. Felipe Rodolfo de Carvalho

CUIABÁ/MT

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Reitor

Evandro Aparecido Soares da Silva

Vice-Reitora

Rosaline Rocha Lunardi

Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação

Jackson Antonio Lamounier Camargos Resende

Coordenador de Ensino de Pós-graduação

Vinícius Carvalho Pereira

Pró-Reitor de Pesquisa

Leandro Dênis Battirola

Faculdade de Direito

Diretor: Carlos Eduardo Silva e Souza

Diretor-Adjunto: Welder Queiroz dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Direito

Coordenador: Marcelo Antonio Theodoro

Vice-Coordenador: Felipe Rodolfo de Carvalho

Aprovação pelo Colegiado de Curso em 11/02/2023

FICHA CATALOGRÁFICA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	9
1.1 O PROGRAMA	9
1.2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	11
1.3 LINHAS DE PESQUISA	11
<i>1.3.1 Linha de pesquisa 1: Direitos humanos, Proteção Multinível e Vulnerabilidades.</i>	<i>11</i>
a) Descrição	11
b) Docentes	12
c) Disciplinas	12
<i>1.3.2 Linha de pesquisa 2: Estado, Constituição e Direitos Fundamentais</i>	<i>13</i>
a) Descrição	14
b) Docentes	14
c) Disciplinas	14
2 PROJETO DE PESQUISA.....	17
2.1 ESTRUTURA.....	17
<i>2.1.1 Elemento externo</i>	<i>18</i>
a) Capa.....	18
<i>2.1.2 Elementos pré-textuais</i>	<i>18</i>
a) Folha de rosto	18
b) Listas	19
c) Sumário	20
<i>2.1.3 Elementos textuais</i>	<i>20</i>
a) Problema.....	20
b) Hipótese(s)	21
c) Objetivos geral e específicos	21
d) Justificativa	21
e) Embasamento teórico	22
f) Metodologia	22
g) Sumário provisório	23
h) Cronograma	23

2.1.4 Elementos pós-textuais	24
a) Referências	24
b) Glossário	24
c) Apêndice.....	25
d) Anexo	25
e) Índice	25
2.2 FORMATAÇÃO	25
2.2.1 Papel.....	25
2.2.2 Fonte.....	26
2.2.3 Espaçamento.....	26
2.2.4 Margens	26
2.2.5 Indicativos de seção.....	26
2.2.6 Paginação.....	27
2.2.7 Numeração progressiva.....	27
2.3 MODELOS.....	27
2.3.1 Capa	28
2.3.2 Folha de rosto.....	29
3 DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E TESE DE DOUTORADO.....	31
3.1 ESTRUTURA.....	32
3.1.1 Elementos externos.....	32
a) Capa.....	32
b) Lombada.....	33
3.1.2 Elementos pré-textuais	35
a) Folha de rosto	35
c) Errata	36
d) Folha de aprovação.....	36
e) Dedicatória	36
f) Agradecimentos	36
g) Epígrafe	36
h) Resumo na língua vernácula	36
i) Resumo em língua estrangeiras.....	37
j) Listas	37
h) Sumário	38

3.1.3 Elementos textuais	38
a) Introdução	38
b) Desenvolvimento	38
c) Conclusão	39
3.1.4 Elementos pós-textuais	39
a) Referências	39
b) Glossário	39
c) Apêndice	39
d) Anexo	40
e) Índice	40
3.2 FORMATAÇÃO	40
3.2.1 Papel	40
3.2.2 Fonte	40
3.2.3 Espaçamento	41
3.2.4 Margens	41
3.2.5 Indicativos de seção	41
3.2.6 Paginação	42
3.2.7 Numeração progressiva	42
3.3 MODELOS	42
3.3.1 Capa	43
3.3.2 Folha de rosto	44
3.3.3 Resumo na língua vernácula	45
3.3.4 Resumo em língua estrangeira	46
3.3.5 Sumário	47
4 CITAÇÕES	49
4.1 SISTEMA DE CITAÇÃO	49
4.2 FORMAS DE CITAÇÃO	50
4.2.1 Citação direta	50
4.2.2 Citação indireta	50
4.2.3 Citação de citação	50
5 REFERÊNCIAS	53
5.1 REGRAS GERAIS	53
5.1.1 Pontuação, recurso tipográfico e elementos essenciais	53

5.1.2 Lista de referências	53
5.1.3 Documentos on-line	53
5.2 MODELOS	53
5.2.1 Livros	53
a) Livro no todo	53
b) Capítulo de livro	54
c) Livro no todo ou capítulo de livro digital	54
5.2.2 Trabalhos acadêmicos (<i>teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso etc.</i>)	55
5.2.3 Trabalhos publicados em eventos	55
5.2.3 Artigos	56
a) Artigo ou matéria em periódico	56
b) Artigo ou matéria em jornal	56
5.2.4 Legislação e atos normativos	57
5.2.4 Projetos legislativos	58
5.2.5 Jurisprudência	58
5.2.5 Súmulas	59
NORMAS DA ABNT	61
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	63
OUTROS DOCUMENTOS CITADOS	65

APRESENTAÇÃO

Este *Manual* tem a intenção de estabelecer e apresentar os padrões mínimos de referência a serem seguidos nos projetos de pesquisa e nos trabalhos acadêmicos (dissertações de mestrado e teses de doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso – PPGD/UFMT.

O pedido para que esta singela obra fosse elaborada me foi feito ainda nos idos de 2019 pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Silva e Souza, então Coordenador do PPGD/UFMT. Devo a ele o incentivo inicial e a confiança que me foi depositada. Infelizmente, é com algum atraso que consegui cumprir o intento, entregando aos alunos e professores este material, não sem antes ter sido avaliado e aprovado pelo Colegiado de Curso. Em todo caso, o *Manual* nasce assim já mais maduro, na medida em que foi concebido após três (3) anos de ensino da disciplina de *Metodologia do Direito e da Pesquisa Jurídica*, colhendo o benefício de ter sido inspirado nas leituras realizadas da bibliografia de referência, nas discussões com os estudantes em sala de aula, bem assim nas trocas ocorridas por ocasião de muitas bancas examinadoras.

Explicito aqui meu débito para com a Profa. Dra. Marluce Souza Silva e o Prof. Dr. Marcelo Antonio Theodoro, responsáveis pelo primeiro manual de metodologia do Programa, publicado em 2012, exatamente 10 (dez) anos atrás. Este novo instrumento, embora não seja mera atualização do anterior, nele se embasa, sobretudo em termos de estrutura.

O que o leitor encontrará nas próximas linhas constitui um conjunto de diretrizes básicas, mas indispensáveis, para a confecção de um projeto de pesquisa e de um trabalho acadêmico com rigor, preservando-se, ainda, a identidade metodológica que o PPGD/UFMT procura dispensar às suas produções científicas. De tal sorte, seus preceitos e recomendações haverão de ser suplementados por outras normas de padronização, cuja indicação se faz presente tanto no corpo do texto quanto ao final deste *Manual*.

Espera-se com isso que discentes e docentes do PPGD/UFMT tenham um documento de ágil e fácil consulta para as dúvidas mais corriqueiras, o que não os desobrigará de realizarem outras incursões quando se depararem com casos mais complexos e específicos.

O pesquisador atento observará que as opções deste *Manual* nem sempre correspondem com as eleitas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Nesse caso, deve-se priorizar as determinações aqui presentes.

Por fim, é importante registrar que a realização da pesquisa poderá conduzir o mestrando ou o doutorando a situações não normatizadas ou para as quais a solução apresentada pela

norma técnica não se lhe parecerá a mais acertada. Nessas hipóteses, ainda que seja no sentido de propor uma postura inédita, ainda não regulada, ou de adotar uma saída que contrarie a norma estabelecida, demanda-se do pesquisador que atue com justeza e coerência. Em matéria de metodologia, ao contrário da postura passiva usualmente incentivada, que implica na aceitação irrefletida das normatizações exteriores, é admissível que se “erre” de propósito. Como disse Padre Ezequiel a Manoel de Barros: “Há que apenas saber errar bem”¹.

Manifesto os meus agradecimentos aos colegas e aos alunos de ontem e deixo aos de hoje e do futuro o meu desejo de que se encantem pelo universo da ciência e o façam “progredir” também em sua dimensão humana.

Cuiabá/MT, 26 de abril de 2024.

Prof. Dr. Felipe Rodolfo de Carvalho

¹ BARROS, Manuel de. O livro das ignoranças. In: **Poesia completa**. São Paulo: LeYa, 2013, p. 295.

1 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1 O Programa²

O Curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso teve início em março de 2010, inicialmente com área de concentração em *Direito Agroambiental*, possuindo trabalhos de máxima relevância no ensino e na pesquisa, com inúmeras contribuições para a comunidade científica, bem assim para o contexto regional, nacional e até mesmo internacional.

Na sua concepção inicial, a ideia era tornar efetiva a responsabilidade socioambiental da Universidade Federal de Mato Grosso, o que norteou a concepção do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito desta Universidade. Essa visão propiciou uma inserção qualificada da academia no enfrentamento das questões agroambientais regionais, caracterizadas pela megadiversidade e pelo multiculturalismo, em que a coexistência de três biomas distintos (Cerrado, Pantanal e Amazônia) com a implementação de políticas públicas voltadas para a expansão da fronteira agrícola, aumento da produção de commodities e melhorias na infraestrutura estão frequentemente em contradição com os desafios da conservação dos recursos naturais e efetiva proteção do meio ambiente.

A questão de fundo, de compatibilização do crescimento econômico com a distribuição de renda, melhoria das condições de trabalho e a proteção do meio ambiente e dos direitos das populações indígenas, fundamentou, desde o início, as ações do Programa e dos professores que integram o seu quadro docente.

A criação do o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso impactou de forma significativa as relações da Faculdade de Direito da UFMT com outras Instituições de Ensino, com o Poder Público e organismos da sociedade civil, bem assim com a gestão ambiental do Estado de Mato Grosso, propiciando um aprofundamento da pesquisa jurídica voltada para nossa realidade regional, além de um incremento nas ações de extensão que tem permitido à UFMT exercer sua responsabilidade social em uma área especialmente sensível da região amazônica.

Nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da UFMT, desde o seu início, tem efetivamente formado quadros de docentes e pesquisadores capazes de apoiar

² O texto a seguir foi integralmente extraído e reproduzido do sítio eletrônico do PPGD/UFMT. Vide UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. **Apresentação**. Disponível em: https://www.ufmt.br/curso/ppgd/pagina/institucional/4111#top_page. Acesso em: 13 out. 2022.

a formulação e implementação de políticas públicas e novas possibilidades de proteção do direito ambiental, da sustentabilidade, dos direitos humanos e fundamentais, que consideram a realidade regional e efetivamente contribuem para a consolidação de um modelo de desenvolvimento em bases sustentáveis, bem como melhores níveis de proteção humana.

No ano de 2017, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, após aprovação em todas as instâncias acadêmicas internas e externas, alterou a sua área de concentração para *Direitos Humanos e Direito Ambiental*. Essa alteração fundamentou-se na mudança de composição do seu quadro docente permanente, bem como no entendimento de que atenderia melhor aos interesses de toda a comunidade acadêmica e poderia contribuir, de forma mais significativa, em termos de produção de uma pesquisa jurídico-científica de excelência, considerando também os seus benefícios para a realidade regional, nacional e internacional em que o Curso se encontra inserido. Com a modificação da área de concentração, o Curso passou a contar com duas linhas de pesquisa: uma em *Direitos Humanos e Direitos Fundamentais*; outra em *Direito Ambiental e Sustentabilidade*.

Em 2020, por fim, nova alteração da estrutura foi realizada, a fim de permitir que o Curso representasse o estado da produção científica do seu corpo docente, conciliando-o com o diagnóstico dos interesses da comunidade acadêmica e da função social desempenhada pelo Programa. Sua área de concentração passou a ser em *Direitos Humanos e Direitos Fundamentais*. Com isso, as duas linhas de pesquisa também foram reconstruídas. Enquanto a Linha de Pesquisa 1 intitula-se *Direitos Humanos, Proteção Multinível e Vulnerabilidades*, a Linha de Pesquisa 2 intitula-se *Estado, Constituição e Direitos Fundamentais*.

Também em 2020, o Curso readequou a sua proposta curricular. Atualmente, o curso possui uma disciplina obrigatória comum: *Metodologia do Direito e da Pesquisa Jurídica*. O aluno também deve cursar uma disciplina obrigatória na linha de pesquisa em que se encontrar vinculado: a) *O Novo Direito Internacional e a Proteção dos Direitos Humanos: Elementos para a Análise dos Modelos e Sistemas Internacionais de Proteção* (para os estudantes vinculados à Linha de Pesquisa 1; e b) *Constituição e Direitos Fundamentais: Teoria Geral e Hermenêutica* (para os estudantes vinculados à Linha de Pesquisa 2).

O estudante do Curso de Mestrado em Direito deve cursar ainda, pelo menos, mais 4 (quatro) disciplinas optativas, sendo que: a) ao menos 2 disciplinas devem ser *obrigatoriamente* da linha de pesquisa a que o discente se encontrar vinculado; e b) as outras 2 disciplinas optativas podem ser escolhidas entre todas as demais ofertadas pelo Programa (podendo ou não

ser da linha de pesquisa a que o aluno se encontrar vinculado), em programas afins dentro da UFMT ou mesmo em programas mantidos por outras IES.

Desde 2018, graças à parceria da UFMT com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, com a Organização dos Estados Americanos e com a Organização Panamericana de Saúde, o Programa de Pós-Graduação em Direito tem recebido alunos estrangeiros. Além disso, o Curso é beneficiado com bolsas da CAPES, distribuídas conforme disponibilidade e critérios da agência de fomento.

Realizando-se uma análise do Curso, desde o início do seu funcionamento, há mais de uma década, mais de 100 mestrandos defenderam a sua dissertação (e, portanto, concluíram o Curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso).

O Curso, portanto, encontra-se em caminho seguro e sólido, seja pela história que construiu até aqui, seja pelas mudanças e ajustes que realizou, diante da sua própria autoavaliação, da sensibilidade com os anseios da sua comunidade acadêmica e local, pelo seu comprometimento com o conhecimento, ensino e pesquisa jurídico-científica séria e de qualidade, bem como pelas considerações avaliativas realizadas pela própria CAPES.

1.2 Área de concentração

Direitos humanos e Direitos Fundamentais.

1.3 Linhas de pesquisa

1.3.1 Linha de pesquisa 1: Direitos humanos, Proteção Multinível e Vulnerabilidades

a) Descrição³

A Linha de Pesquisa 1 pretende alcançar projetos que desenvolvam conexões com a proteção internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro. Para tanto, tem como lente principal a compreensão (i) do fenômeno do direito do pós-guerra e da internacionalização dos direitos humanos a partir da Carta das Nações Unidas de 1945 e da posterior evolução da

³ O texto a seguir foi extraído e reproduzido com breves modificações do sítio eletrônico do PPGD/UFMT. *Vide* UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. **Linha de pesquisa 01**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/curso/ppgd/pagina/linha-de-pesquisa-01/4115>. Acesso em: 13 out. 2022.

temática pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e pelos dois Pactos de Nova York de 1966 (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), bem assim (ii) da regionalização dos direitos humanos no contexto latino-americano, desde a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a proclamação dos seus instrumentos internacionais de proteção, a partir da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). À luz dessa base-estruturante do sistema internacional (global e regional) de proteção dos direitos humanos, a Linha de Pesquisa 1 foca o seu objeto de estudo na “proteção multinível” que esses contextos oferecem, é dizer, na sua interconexão entre si (sistema global-sistema regional interamericano) e nas suas inter-relações com o direito interno brasileiro, à luz do princípio *pro homine*. No estudo dessa retroalimentação normativa (“proteção multinível”), a lente principal da Linha de Pesquisa 1 está voltada (a) à proteção dos vulneráveis, estudando-se, em consequência, os direitos de crianças e adolescentes, os direitos das mulheres, os direitos dos idosos, os direitos das pessoas com deficiência, os direitos da comunidade LGBTQIA+, os relativos aos povos indígenas e comunidades tradicionais, bem assim os dos refugiados, consumidores e pessoas em situação de rua, (b) às vulnerabilidades no ambiente de trabalho, com o estudo do trabalho decente e seus consectários, (c) às questões ambientais presentes no contexto brasileiro, capazes de diminuir as condições de vida saudável da população e (d) aos aspectos criminológicos das vulnerabilidades, com suas consequências e desafios. Esse conjunto normativo (“mosaico normativo” de proteção) somado faz integrar, a um só tempo, o direito internacional dos direitos humanos com a proteção multinível desses direitos e o tema das vulnerabilidades, mantendo a devida aderência aos Projetos em curso no Programa de Mestrado em Direito da UFMT.

b) Docentes

Profa. Dra. Amini Haddad Campos
Profa. Dra. Carla Reita Faria Leal
Prof. Dr. Felipe Rodolfo de Carvalho
Prof. Dr. Patryck de Araújo Ayala
Prof. Dr. Valerio de Oliveira Mazzuoli
Profa. Dra. Vlória Maria de Moura Soares

c) Disciplinas

- 1) O Novo Direito Internacional e a Proteção dos Direitos Humanos: Elementos para a Análise dos Modelos e Sistemas Internacionais de Proteção
Responsável: Prof. Dr. Valerio de Oliveira Mazzuoli
[Disciplina obrigatória para a linha]
- 2) Direito Ambiental do Trabalho
Responsável: Profa. Dra. Carla Reita Faria Leal
- 3) Filosofia dos Direitos Humanos e Ética da Vulnerabilidade
Responsável: Prof. Dr. Felipe Rodolfo de Carvalho
- 4) Direito, Processos Ecológicos e Vulnerabilidades: A Expansão dos Sistemas de Direitos Para além da Vida Humana
Responsável: Prof. Dr. Patryck de Araújo Ayala
- 5) O Dano Ambiental e as Novas Fronteiras da Justiça
Responsável: Prof. Dr. Patryck de Araújo Ayala
- 6) Constitucionalismo Ecológico e Direitos Fundamentais: Fundamentos e Estruturas da Transformação Ecológica dos Sistemas Constitucionais Contemporâneos
Responsável: Prof. Dr. Patryck de Araújo Ayala
- 7) Vulnerabilidades, Minorias e Sistemas Jurídicos: A Perspectiva da Realidade no Diálogo Intercultural de Direitos Humanos
Responsável: Prof. Dra. Amini Haddad Campos
- 8) Tópicos em Criminologia Crítica e Clínica com Ênfase em Direitos Humanos e Vulnerabilidades
Responsável: Profa. Dra. Vlândia Maria de Moura Soares

1.3.2 Linha de pesquisa 2: Estado, Constituição e Direitos Fundamentais

a) Descrição⁴

A Linha de Pesquisa 2, Estado, Constituição e Direitos Fundamentais, objetiva estudar o fenômeno da organização do Estado, desde a sua formação, incluindo a sua dimensão horizontal de separação dos poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a dimensão vertical, o Pacto Federativo e seus problemas contemporâneos numa sociedade cada vez mais complexa e plural. Pretende ainda pensar a Constituição como ordem jurídica fundamental do Estado desde uma perspectiva de evolução do constitucionalismo até a crise da hermenêutica constitucional e seus desafios atuais, envolvendo uma nova visão da dogmática jurídica, da teoria política e da filosofia constitucional. Por fim, almeja examinar a configuração dos direitos fundamentais numa ótica interdisciplinar e suas possibilidades de concretização, especialmente atentando-se para os direitos sociais, as garantias de liberdade e a proteção das vulnerabilidades. Nesse sentido, é que a discussão se estende para a sua aplicação horizontal na relação entre particulares, desaguando na jurisdição constitucional e nos seus limites a partir de *standards* como a democracia e a legitimidade do seu exercício.

b) Docentes

Prof. Dr. Antonio Sergio Cordeiro Piedade

Prof. Dr. Antônio Veloso Peleja Júnior

Prof. Dr. Carlos Eduardo Silva e Souza

Prof. Dr. Marcelo Antonio Theodoro

Prof. Dr. Saul Duarte Tibaldi

Prof. Dr. Welder Queiroz dos Santos

c) Disciplinas

1) *Constituição e Direitos Fundamentais: Teoria Geral e Hermenêutica*

Responsável: Prof. Dr. Marcelo Antonio Theodoro

[Disciplina obrigatória para a linha]

2) *O Direito Civil Contemporâneo e os Direitos Fundamentais*

⁴ O texto a seguir foi extraído e reproduzido com breves modificações do sítio eletrônico do PPGD/UFMT. Vide UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. **Linha de pesquisa 02**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/curso/ppgd/pagina/linha-de-pesquisa-02/4116>. Acesso em: 13 out. 2022.

Responsável: Prof. Dr. Carlos Eduardo Silva e Souza

3) *Direitos Fundamentais Processuais*

Responsável: Prof. Dr. Welder Queiroz dos Santos

4) *Novas Formas de Criminalidade e Direitos Fundamentais*

Responsável: Prof. Dr. Antonio Sergio Cordeiro Piedade

5) *Direito ao Trabalho: Fundamentalidade e Reconhecimento nas Relações Produtivas*

Responsável: Prof. Dr. Saul Duarte Tibaldi

6) *Ética da Autonomia: a Pessoa, os Contratos e o Trabalho*

Responsável: Prof. Dr. Saul Duarte Tibaldi

7) *Direito Processual Constitucional*

Responsável: Prof. Dr. Antônio Veloso Peleja Júnior

2 PROJETO DE PESQUISA

O projeto de pesquisa é requisito para o ingresso no PPGD/UFMT. Constitui, ainda, elemento fundamental de apoio ao posterior desenvolvimento da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado.

Seu objetivo é o de oferecer uma compreensão clara e minuciosa sobre *o que* será pesquisado e *como* será pesquisado. Com isso, espera-se que o candidato demonstre aos avaliadores a *importância*, a *pertinência* e a *viabilidade* da pesquisa.

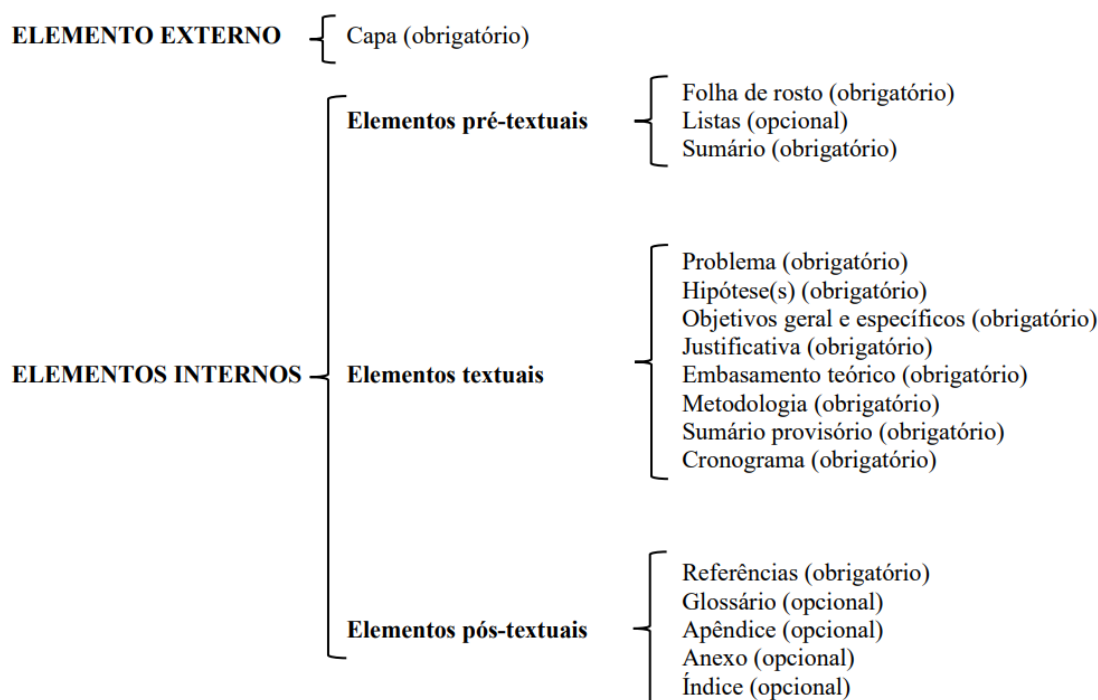
O projeto de pesquisa deve ser capaz de evidenciar que o candidato conhece bem o tema a ser investigado, estando a par dos principais autores, das principais obras e das principais discussões a seu respeito.

Os elementos textuais deverão ter no máximo 10 (dez) páginas.

O principal instrumento normativo a regular o Projeto de Pesquisa é a ABNT NBR 15287/2011.

2.1 ESTRUTURA

O projeto de pesquisa possui a seguinte estrutura, a seguir detalhada:



Fonte: elaboração do autor tendo como referência o esquema da estrutura do trabalho disponível na ABNT NBR 14724/2011.

2.1.1 Elemento externo

a) Capa

Elemento obrigatório.

Deve conter as seguintes informações, nesta ordem:

- 1) Nome da universidade, da faculdade e do programa de pós-graduação, bem como o curso correspondente (mestrado ou doutorado);
- 2) Nome do autor;
Obs.: É preciso verificar no edital respectivo qual postura a se adotar em relação a essa informação. Costuma-se estabelecer que ela seja suprimida ou substituída pela indicação do CPF.
- 3) Título e subtítulo (se houver) do trabalho;
- 4) Cidade onde está situado o programa de pós-graduação e ano de submissão do projeto.

Todas as informações devem estar escritas:

- em cor preta;
- em fonte Times New Roman;
- em tamanho 12;
- em caixa-alta;
- de modo centralizado;
- com espaçamento 1,5 entre as linhas.

Só o título deve estar em negrito.

2.1.2 Elementos pré-textuais

a) Folha de rosto

Elemento obrigatório.

Deve conter as seguintes informações, nesta ordem:

- 1) Nome do autor;
- 2) Título e subtítulo (se houver) do trabalho;
- 3) Súmula da natureza do trabalho;
- 4) Cidade onde está situado o programa de pós-graduação e ano de submissão do projeto.

Todas as informações devem estar escritas:

- em cor preta;
- em fonte Times New Roman;
- em tamanho 12.

Só o título deve estar em negrito.

Com exceção da súmula da natureza do trabalho, todas as demais informações devem estar centralizadas, em caixa-alta e com espaçamento 1,5 entre as linhas.

A súmula da natureza do trabalho deve:

- conter as seguintes informações: tipo de projeto de pesquisa, objetivo pretendido, nome do programa de pós-graduação, área de concentração, linha de pesquisa e nome do orientador pretendido;
- ser alinhada do meio da mancha gráfica para a margem direita.
- ser digitada em espaço simples.

b) Listas

Elementos opcionais.

As listas podem ser:

- 1) Lista de ilustrações;
- 2) Lista de tabelas;
- 3) Lista de abreviaturas e siglas;
- 4) Lista de símbolos.

Com exceção da lista de abreviaturas e siglas, que deve estar em ordem alfabética, todas as demais listas devem ser elaboradas de acordo com a ordem apresentada no texto.

Devem estar em conformidade com a ABNT NBR 15287/2011 ou outra que lhe vier a suceder.

c) Sumário

Elemento obrigatório.

Deve estar em conformidade com a ABNT NBR 6027/2012 ou outra que lhe vier a suceder.

2.1.3 Elementos textuais

a) Problema

Elemento obrigatório.

Trata-se do principal elemento do projeto de pesquisa.

Consiste na questão central que o trabalho científico procurará enfrentar.

Não confunda o *problema* com um mero *assunto*.

Trabalhos científicos não se destinam a abordar um assunto em geral, mas a enfrentar um problema em particular.

Por exemplo: “Contrato de locação” é um assunto. Dentro desse assunto, pode-se formular o seguinte problema: “É lícito o despejo do locatário por inadimplemento em situação de pandemia?”

Dicas:

- Formule o problema em forma de pergunta;
- Elabore um único problema;
- Redija o problema de maneira muito direta, não ocupando mais do que duas ou três linhas;
- Recorte ao máximo o problema para que ele caiba dentro do seu tempo disponível e do seu recurso orçamentário;
- Não se esqueça de que o problema precisa guardar compatibilidade com as linhas de pesquisa do Programa.

b) Hipótese(s)

Elemento obrigatório.

Consiste(m) na(s) possível(eis) resposta(s) ao problema formulado.

Essa(s) hipótese(s) deverá(ão) ser examinada(s) no trabalho científico, de tal modo a ser(em) ao final confirmada(s) ou rejeitada(s).

Lembre-se: não se escreve um trabalho científico para defender uma ideia, mas para enfrentar um problema.

c) Objetivos geral e específicos

Elemento obrigatório.

O objetivo geral consiste no resultado que se pretende alcançar com o trabalho científico.

Os objetivos específicos consistem no conjunto de resultados parciais que precisarão ser alcançados a fim de que se atinja o objetivo geral.

Dicas:

- Redija os objetivos sempre usando o verbo no infinitivo: analisar; compreender, identificar etc.;
- O objetivo geral corresponde ao problema formulado de maneira afirmativa;
- Os objetivos específicos podem ser tantos quanto forem os capítulos a serem desenvolvidos. Desse modo, por exemplo, para um trabalho que conterà 3 (três) capítulos, recomenda-se 3 (três) objetivos específicos.

d) Justificativa

Elemento obrigatório.

Consiste na demonstração de que a pesquisa proposta de fato merece ser realizada.

Demonstre:

- as razões da opção pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMT;

- a importância do tema escolhido;
- a pertinência do problema formulado;
- a ausência ou a insuficiência de estudos acerca do objeto de pesquisa;
- as contribuições teóricas e práticas que o trabalho científico poderá oferecer.

Pergunte-se: *Por que o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMT e seus professores devem investir sua estrutura, seu tempo e seus recursos no projeto de pesquisa apresentado?*

e) Embasamento teórico

Elemento obrigatório.

Consiste na explicitação dos pressupostos teóricos que embasarão o trabalho científico.

O que se espera, aqui, é que o candidato:

- explicita qual ou quais teoria(s) ou doutrina(s) servirão de suporte ao seu enfrentamento do problema;
- demonstre familiaridade com a bibliografia pertinente (tanto a “clássica” quanto a “atual”), bem como com as principais discussões sobre o objeto de investigação;
- defina os principais conceitos ou categorias que serão empregados no trabalho científico.

f) Metodologia

Elemento obrigatório.

Consiste na indicação do modo por meio do qual o problema será enfrentado.

Pergunte-se: *Que procedimentos serão necessários para a adequada resolução do problema?*

Dica: evite fórmulas prontas, como “utilizar-se-ão os métodos dedutivo e indutivo” ou “realizar-se-á pesquisa de doutrina, legislação e jurisprudência”. É preciso demonstrar em cada caso que a metodologia a ser empregada guarda compatibilidade com o objeto de pesquisa.

g) Sumário provisório

Elemento obrigatório.

Consiste na enumeração das divisões e subdivisões do trabalho científico a ser realizado.

O sumário provisório deve permitir uma compreensão clara e objetiva acerca da estrutura integral do trabalho científico.

Os pontos a serem desenvolvidos e a ordem a ser seguida precisam guardar compatibilidade com o problema formulado.

Naturalmente, ajustes poderão acontecer posteriormente, dado o seu caráter não definitivo.

h) Cronograma

Elemento obrigatório.

Consiste nas etapas a serem realizadas ao longo da pesquisa, organizadas e distribuídas conforme o tempo necessário para cada uma delas.

Deverá prever, entre outras, as seguintes fases:

- elaboração do projeto de pesquisa;
- pesquisa de fontes (materiais a serem ulteriormente consultados, lidos e fichados);
- leitura e fichamento das fontes;
- realização de disciplinas;
- escrita dos capítulos do trabalho científico;
- correção pelo orientador;
- qualificação;
- revisão final;
- entrega;
- defesa.

O cronograma costuma ser apresentado em formato de tabela dividida por etapas e meses, como no seguinte exemplo:

	2022						2023					
	Jan./ Fev.	Mar./ Abr.	Maio/ Jun.	Jul./ Ago.	Set./ Out	Nov./ Dez.	Jan./ Fev.	Mar./ Abr.	Maio/ Jun.	Jul./ Ago.	Set./ Out	Nov./ Dez.
Elaboração do projeto de pesquisa	X	X										
Pesquisa de fontes	X	X	X	X								
Leitura e fichamento das fontes	X	X	X	X	X	X						
Realização de disciplinas		X	X		X	X						
Escrita do 1º capítulo					X	X						
Escrita do 2º capítulo						X	X					
Escrita do 3º capítulo							X	X				
Correção pelo orientador						X	X	X				
Exame de qualificação									X			
Revisão final										X	X	
Entrega											X	
Exame de defesa												X

Fonte: elaboração do autor.

2.1.4 Elementos pós-textuais

a) Referências

Elemento obrigatório.

Devem estar em conformidade com este Manual e com a ABNT NBR 6023/2018 ou outra que lhe vier a suceder, aplicada subsidiariamente.

b) Glossário

Elemento opcional.

Elaborado em ordem alfabética, consiste na lista dos termos técnicos presentes no texto de uso ou conhecimento restritos, acompanhados de suas respectivas definições.

Deve estar em conformidade com a ABNT NBR 15287/2011 ou outra que lhe vier a suceder.

c) Apêndice

Elemento opcional.

De acordo com a ABNT NBR 15287/2011, consiste no “texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho.”

Em conformidade com a mesma norma, “[d]eve ser precedido da palavra APÊNDICE, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título.”

d) Anexo

Elemento opcional.

De acordo com a ABNT NBR 15287/2011, consiste no “texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração”.

Em conformidade com a mesma norma, “[d]eve ser precedido da palavra ANEXO, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título.”

e) Índice

Elemento opcional.

De acordo com a ABNT NBR 14724/2011, consiste na “lista de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas no texto”.

Deve estar em conformidade com a ABNT NBR 6034/2004 ou outra que lhe vier a suceder.

2.2 FORMATAÇÃO**2.2.1 Papel**

Papel branco ou reciclado no formato A4.

Texto escrito na cor preta.

Outras cores devem ser reservadas para ilustrações.

2.2.2 Fonte

Corpo do texto: Times New Roman, tamanho 12.

Citações longas (mais de três linhas): Times New Roman, tamanho 11.

Paginação: Times New Roman, tamanho 11.

Notas de rodapé: Times New Roman, tamanho 10.

Legendas de ilustrações e tabelas: Times New Roman, tamanho 10.

2.2.3 Espaçamento

Corpo do texto: digitado em espaçamento 1,5 entre as linhas.

Citações longas (mais de três linhas): digitadas em espaço simples.

Notas de rodapé: digitadas em espaço simples.

Legendas de ilustrações e tabelas: digitadas em espaço simples.

Referências: digitadas em espaço simples, separadas entre si por uma linha em branco de espaço simples.

2.2.4 Margens

Anverso:

Esquerda e superior: 3 cm.

Direita e inferior: 2 cm.

(Para projetos entregues eletronicamente, utilize somente o anverso das folhas.)

Verso:

Direita e superior: 3 cm.

Esquerda e inferior: 2 cm.

(Para projetos entregues fisicamente, é facultado o uso do anverso e do verso das folhas.)

2.2.5 Indicativos de seção

Devem estar alinhados à esquerda, com numeração arábica progressiva, destacados tipograficamente.

O indicativo numérico de uma seção precede seu título, separado por um espaço de caractere.

As *listas* (item 2.1.2, *b*), o *sumário* (item 2.1.2, *c*) e as *referências* (item 2.1.3, *a*) devem estar centralizados, adotar o mesmo destaque tipográfico das seções primárias, não sendo numerados.

Devem estar em conformidade com a ABNT NBR 15287/2011 e a ABNT NBR 6024/2012 ou outras que lhes vierem a suceder.

2.2.6 Paginação

Começa-se a contar a partir da folha de rosto, mas a numeração das páginas só deve ser inserida a partir da primeira página textual, isto é, após o sumário.

No caso de trabalho digitado somente no anverso, a numeração das páginas deve aparecer no canto superior direito, em algarismos arábicos e fonte Times New Roman tamanho 11. *(Para projetos entregues eletronicamente, utilize somente o anverso das folhas.)*

No caso de trabalho digitado em anverso e verso, a numeração das páginas deve aparecer: a) em se tratando do anverso da folha: no canto superior direito, em algarismos arábicos e fonte Times New Roman tamanho 11; b) em se tratando do verso da folha: no canto superior esquerdo, em algarismos arábicos e fonte Times New Roman tamanho 11. *(Para projetos entregues fisicamente, é facultado o uso do anverso e do verso das folhas.)*

2.2.7 Numeração progressiva

Deve estar em conformidade com a ABNT NBR 6024/2012 ou outra que lhe vier a suceder.

2.3 MODELOS

2.3.1 Capa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO (OU DOUTORADO, SE FOR O CASO)

NOME DO AUTOR [*VERIFICAR NO EDITAL SE DEVE CONSTAR OU NÃO*]

TÍTULO DO TRABALHO:
SUBTÍTULO DO TRABALHO (SE HOUVER)

CUIABÁ-MT
2022

2.3.2 Folha de rosto

NOME DO AUTOR [*VERIFICAR NO EDITAL SE DEVE CONSTAR OU NÃO*]

TÍTULO DO TRABALHO:

SUBTÍTULO DO TRABALHO (SE HOUVER)

Projeto de pesquisa de Mestrado (ou Doutorado, se for o caso) apresentado como requisito parcial para o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMT, área de concentração Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, na linha de pesquisa Direitos Humanos, Proteção Multinível e Vulnerabilidades, sob a orientação do Prof. Dr. Felipe Rodolfo de Carvalho.

CUIABÁ-MT

2022

3 DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E TESE DE DOUTORADO

Enquanto a dissertação de mestrado é requisito para a obtenção do título de mestre, a tese de doutorado é requisito para a obtenção do título de doutor.

Em ambos os trabalhos acadêmicos, exige-se o enfrentamento de um problema bem delimitado por intermédio de uma metodologia apropriada. No entanto, se a dissertação de mestrado pode se resumir na sistematização do conjunto de conhecimentos pré-existentes acerca do objeto de pesquisa, a tese de doutorado requer “originalidade”, isto é, a proposição de uma inovação teórica que represente um autêntico avanço científico.

É importante que o mestrando ou o doutorando não confunda a escrita de um trabalho acadêmico com a redação de uma peça profissional. Para que isso não aconteça, algumas dicas são importantes⁵:

- evite consultar ou citar manuais;
- evite expressões elogiosas ou reverenciais, como “festejado doutrinador”, “eminente ministro”, “brilhante sentença” etc.;
- evite as “incursões” ou “recapitulações” históricas desnecessárias;
- não terceirize o discurso, isto é, não transforme o seu trabalho numa “colcha de retalhos” de citações diretas;
- não seja falsamente modesto, adotando expressões do tipo “não temos a pretensão de esgotar o assunto”;
- não entregue o texto ao orientador ou à banca examinadora sem prévia correção gramatical;
- adote uma escrita simples, mas sem perder o estilo.

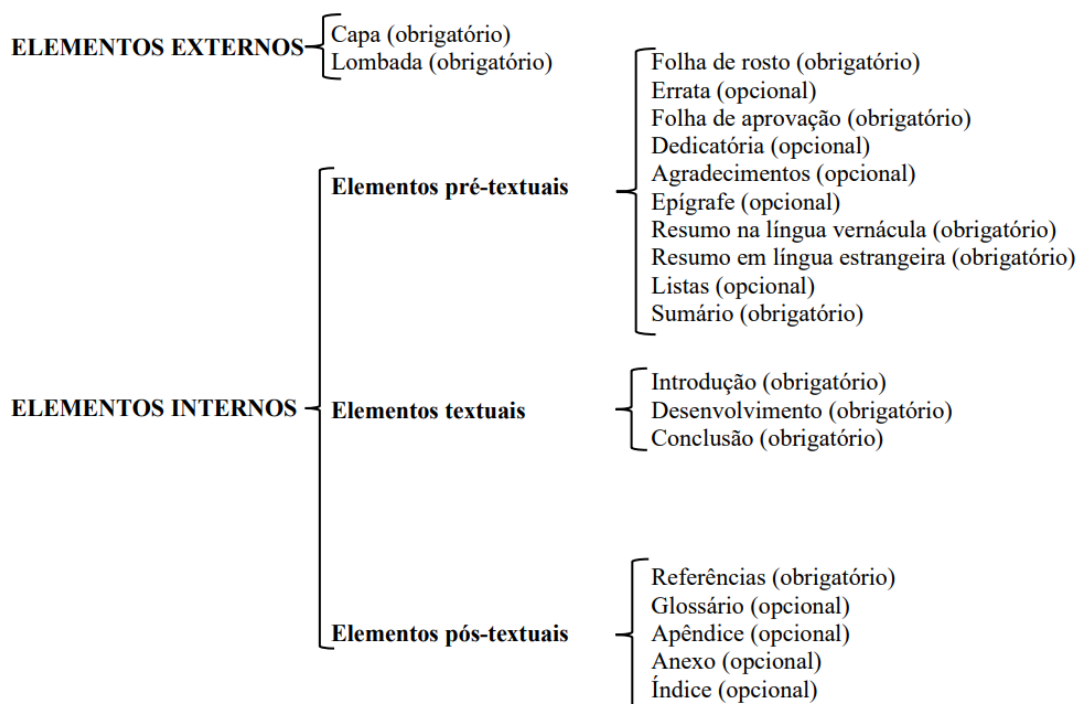
Não há limite mínimo e máximo de páginas, mas se recomenda que não seja reduzido a ponto de ser lacônico ou de se transformar num trabalho de conclusão de curso, assim como não seja tão extenso de modo a ser prolixo ou a se enveredar por questões que ultrapassam o objeto da pesquisa.

⁵ Essas sugestões são exploradas por uma série de autores. *Vide*: BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 109-141; CARVALHO, Salo de. **Como não se faz um trabalho de conclusão**: provocações úteis para orientadores e estudantes de direito. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 19-43; ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 26. ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2016, p. 139-176; OLIVEIRA, Luciano. Não fale do Código de Hamurabi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em direito. In: **Sua excelência o comissário e outros ensaios de sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004, p. 137-167; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica**: passo a passo. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015, p. 125-147.

O principal instrumento normativo a regular tanto a dissertação de mestrado quanto a tese de doutorado é a ABNT NBR 14724/2011.

3.1 ESTRUTURA

A dissertação de mestrado e a tese de doutorado possuem a seguinte estrutura, a seguir detalhada:



Fonte: reprodução do autor, com breves modificações, do esquema da estrutura do trabalho disponível na ABNT NBR 14724/2011.

3.1.1 Elementos externos

a) Capa

Elemento obrigatório.

Deve conter as seguintes informações, nesta ordem:

- 1) Nome da universidade, da faculdade e do programa de pós-graduação, bem como o curso correspondente (mestrado ou doutorado);
- 2) Nome do autor;
- 3) Título e subtítulo (se houver) do trabalho;
- 4) Cidade onde está situado o programa de pós-graduação e ano de depósito do trabalho.

Todas as informações devem estar escritas:

- em cor preta;
- em fonte Times New Roman;
- em tamanho 12;
- em caixa-alta;
- de modo centralizado;
- com espaçamento 1,5 entre as linhas.

Só o título deve estar em negrito.

Nota: Em se tratando do exemplar impresso a ser entregue à Secretaria do PPGD/UFMT na fase de depósito da versão final da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado, o trabalho deverá estar encadernado em capa dura, cor azul marinho, com letras douradas.

b) Lombada

Elemento obrigatório apenas para o exemplar impresso a ser entregue à Secretaria do PPGD/UFMT na fase de depósito da versão final da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado.

Seguindo o exemplo abaixo, deve conter as seguintes informações:

- 1) Nome completo do autor, abreviado quando necessário, impresso longitudinalmente e legível do alto para o pé da lombada;
- 2) Título e subtítulo (se houver) do trabalho, abreviados quando necessário, impressos da mesma forma que o nome do autor;
- 3) Espaço em branco na borda inferior da lombada de 30 mm, para colocação posterior da etiqueta de localização;
- 4) Mestrado ou Doutorado;
- 5) PPGD/UFMT.

NOME DO AUTOR			
TÍTULO DO TRABALHO: SUBTÍTULO DO TRABALHO			
		30 mm	
		Espaço em branco para a etiqueta de localização	
MESTRADO PPGD/UFMT		30 mm	

Fonte: elaboração do autor.

3.1.2 Elementos pré-textuais

a) Folha de rosto

Elemento obrigatório.

Anverso:

Deve conter as seguintes informações, nesta ordem:

- 1) Nome do autor;
- 2) Título e subtítulo (se houver) do trabalho;
- 3) Súmula da natureza do trabalho;
- 4) Cidade onde está situado o programa de pós-graduação e ano de depósito do trabalho.

Todas as informações devem estar escritas:

- em cor preta;
- em fonte Times New Roman;
- em tamanho 12.

Só o título deve estar em negrito.

Com exceção da súmula da natureza do trabalho, todas as demais informações devem estar centralizadas, em caixa-alta e com espaçamento 1,5 entre as linhas.

A súmula da natureza do trabalho deve:

- conter as seguintes informações: tipo do trabalho (dissertação ou tese), nome do programa de pós-graduação, área de concentração, linha de pesquisa, objetivo pretendido (obtenção do título de Mestre ou Doutor em Direito), nome do orientador e do coorientador (se houver);
- ser alinhada do meio da mancha gráfica para a margem direita.
- ser digitada em espaço simples.

Verso:

Deve conter a ficha catalográfica, a ser elaborada no Sistema de Fichas Catalográficas (SFC) da Biblioteca Central da UFMT, disponível no seguinte link: <https://academico-siga.ufmt.br/ufmt.sfc/Home>

c) Errata

Elemento opcional.

Consiste na lista de erros cometidos no texto, acompanhados de suas correspondentes correções.

Deve estar constituída pela referência do trabalho e pelo texto da errata.

É acrescida ao trabalho depois que já foi depositado, após a folha de rosto, em papel avulso ou encartado.

d) Folha de aprovação

Elemento obrigatório a ser juntado apenas na fase de depósito da versão final da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado.

A folha de aprovação é encaminhada ao discente pela Secretaria do PPGD/UFMT, por *e-mail*, após a coleta das assinaturas de todos os membros da Banca de Defesa.

e) Dedicatória

Elemento opcional.

f) Agradecimentos

Elemento opcional.

g) Epígrafe

Elemento opcional.

Podem também constar epígrafes na abertura das seções primárias.

h) Resumo na língua vernácula

Elemento obrigatório.

O resumo deve descrever de modo sucinto o trabalho científico, permitindo uma compreensão clara e rápida do seu conteúdo e das suas conclusões.

Suas frases devem ser concisas e formar um único parágrafo.

Deve conter entre 100 e 500 palavras.

Deve apresentar, no mínimo:

- 1) o problema a ser enfrentado;
- 2) uma síntese das principais discussões realizadas;
- 3) a exposição da metodologia empregada;
- 4) os principais resultados ou conclusões alcançados.

Logo abaixo do resumo, devem aparecer as palavras-chave.

Recomendam-se entre 3 (três) e 5 (cinco).

Elas devem estar:

- antecedidas da expressão “Palavras-chave”, seguida de dois-pontos;
- separadas entre si por ponto e vírgula (“;”) e finalizadas por ponto (“.”);
- grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.

i) Resumo em língua estrangeiras

Elemento obrigatório.

Deve ser elaborado com as mesmas características do resumo na língua vernácula.

Recomenda-se que seja elaborado em inglês, mas pode ser feito em francês, italiano ou alemão.

j) Listas

Elementos opcionais.

As listas podem ser:

- 1) Lista de ilustrações;
- 2) Lista de tabelas;
- 3) Lista de abreviaturas e siglas;
- 4) Lista de símbolos.

Com exceção da lista de abreviaturas e siglas, que deve estar em ordem alfabética, todas as demais listas devem ser elaboradas de acordo com a ordem apresentada no texto.

Devem estar em conformidade com a ABNT NBR 14724/2011 ou outra que lhe vier a suceder.

h) Sumário

Elemento obrigatório.

Introdução e conclusão não devem ser numeradas.

Sugere-se que os títulos das seções secundárias, terciárias, quaternárias e quinárias sejam recuados à direita para o fim de melhor visualização.

No restante, o sumário deve estar em conformidade com a ABNT NBR 6027/2012 ou outra que lhe vier a suceder.

3.1.3 Elementos textuais

a) Introdução

Elemento obrigatório.

Consiste na parte inicial do texto, responsável pela apresentação do conteúdo do trabalho.

No mínimo, a introdução deve conter:

- 1) a apresentação do problema;
- 2) a justificação da pesquisa;
- 3) a exposição da metodologia empregada;
- 4) a explicitação da estrutura do trabalho, com a indicação sintética do que será abordado em cada seção primária.

b) Desenvolvimento

Elemento obrigatório.

Consiste na parte principal do texto, responsável pelo enfrentamento do problema formulado.

Está dividido em seções e subseções, cuja identificação e organização dependerá de como o objeto de pesquisa será abordado.

c) Conclusão

Elemento obrigatório.

Consiste na parte final do texto, responsável pela breve retomada dos principais pontos abordados no desenvolvimento, pela apresentação de uma resposta ao problema formulado na introdução e pela indicação eventual de futuras pesquisas diante da descoberta de novos problemas.

3.1.4 Elementos pós-textuais

a) Referências

Elemento obrigatório.

Consiste na relação de obras citadas no texto.

Devem estar em conformidade com este Manual e com a ABNT NBR 6023/2018 ou outra que lhe vier a suceder, aplicada subsidiariamente.

b) Glossário

Elemento opcional.

Elaborado em ordem alfabética, consiste na lista dos termos técnicos presentes no texto de uso ou conhecimento restritos, acompanhados de suas respectivas definições.

Deve estar em conformidade com a ABNT NBR 14724/2011 ou outra que lhe vier a suceder.

c) Apêndice

Elemento opcional.

De acordo com a ABNT NBR 14724/2011, consiste no “texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho.”

Em conformidade com a mesma norma, “[d]eve ser precedido da palavra APÊNDICE, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título.”

d) Anexo

Elemento opcional.

De acordo com a ABNT NBR 14724/2011, consiste no “texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração”.

Em conformidade com a mesma norma, “[d]eve ser precedido da palavra ANEXO, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título.”

e) Índice

Elemento opcional.

De acordo com a ABNT NBR 14724/2011, consiste na “lista de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas no texto”.

Deve estar em conformidade com a ABNT NBR 6034/2004 ou outra que lhe vier a suceder.

3.2 FORMATAÇÃO

3.2.1 Papel

Papel branco ou reciclado no formato A4.

Texto escrito na cor preta.

Outras cores devem ser reservadas para ilustrações.

3.2.2 Fonte

Corpo do texto: Times New Roman, tamanho 12.

Citações longas (mais de três linhas): Times New Roman, tamanho 11.

Paginação: Times New Roman, tamanho 11.

Ficha catalográfica: Times New Roman, tamanho 11.

Notas de rodapé: Times New Roman, tamanho 10.

Legendas de ilustrações e tabelas: Times New Roman, tamanho 10.

3.2.3 Espaçamento

Corpo do texto: digitado em espaçamento 1,5 entre as linhas.

Citações longas (mais de três linhas): digitadas em espaço simples.

Resumos na língua vernácula e em língua estrangeira: digitados em espaço simples.

Notas de rodapé: digitadas em espaço simples.

Legendas de ilustrações e tabelas: digitadas em espaço simples.

Referências: digitadas em espaço simples, separadas entre si por uma linha em branco de espaço simples.

3.2.4 Margens

Anverso:

Esquerda e superior: 3 cm.

Direita e inferior: 2 cm.

(Para trabalhos depositados eletronicamente, utilize somente o anverso das folhas.)

Verso:

Direita e superior: 3 cm.

Esquerda e inferior: 2 cm.

(Para trabalhos depositados fisicamente, é facultado o uso do anverso e do verso das folhas.)

3.2.5 Indicativos de seção

Devem estar alinhados à esquerda, com numeração arábica progressiva, destacados tipograficamente.

O indicativo numérico de uma seção precede seu título, separado por um espaço de caractere.

De acordo com a ABNT NBR 14724/2011, “[o]s títulos das seções primárias devem começar em página ímpar, [estar localizados] na parte superior da mancha gráfica e ser separados do texto que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5.”

Em conformidade com a mesma norma, “[o]s títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede e que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5.”

A errata, os agradecimentos, as listas, os resumos, o sumário, a introdução, a conclusão, as referências, o glossário, o apêndice, o anexo e o índice devem estar centralizados e adotar o mesmo destaque tipográfico das seções primárias, não sendo numerados.

A dedicatória e a epígrafe não possuem título nem são numeradas.

A folha de aprovação adotará a formatação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Devem estar em conformidade com a ABNT NBR 14724/2011 e a ABNT NBR 6024/2012 ou outras que lhes vierem a suceder.

3.2.6 Paginação

Começa-se a contar a partir da folha de rosto, mas a numeração das páginas só deve ser inserida a partir da primeira página textual, isto é, a partir da introdução.

No caso de trabalho digitado somente no anverso, a numeração das páginas deve aparecer no canto superior direito, em algarismos arábicos e fonte Times New Roman tamanho 11. *(Para trabalhos depositados eletronicamente, utilize somente o anverso das folhas.)*

No caso de trabalho digitado em anverso e verso, a numeração das páginas deve aparecer: a) em se tratando do anverso da folha: no canto superior direito, em algarismos arábicos e fonte Times New Roman tamanho 11; b) em se tratando do verso da folha: no canto superior esquerdo, em algarismos arábicos e fonte Times New Roman tamanho 11. *(Para trabalhos depositados fisicamente, é facultado o uso do anverso e do verso das folhas.)*

3.2.7 Numeração progressiva

Deve estar em conformidade com a ABNT NBR 6024/2012 ou outra que lhe vier a suceder.

3.3 MODELOS

3.3.1 Capa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO (OU DOUTORADO, SE FOR O CASO)

NOME DO AUTOR

TÍTULO DO TRABALHO:
SUBTÍTULO DO TRABALHO (SE HOUVER)

CUIABÁ-MT
2022

Fonte: elaboração do autor.

3.3.2 Folha de rosto

NOME DO AUTOR

TÍTULO DO TRABALHO:

SUBTÍTULO DO TRABALHO (SE HOUVER)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMT, área de concentração Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, na linha de pesquisa Direitos Humanos, Proteção Multinível e Vulnerabilidades, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre (ou Doutor, se for o caso) em Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Felipe Rodolfo de Carvalho.

CUIABÁ-MT

2022

3.3.3 Resumo na língua vernácula

RESUMO

O resumo deve descrever de modo sucinto o trabalho científico, permitindo uma compreensão clara e rápida do seu conteúdo e das suas conclusões. Suas frases devem ser concisas e formar um único parágrafo. Deve conter entre 100 e 500 palavras. Deve apresentar, no mínimo: 1) o problema a ser enfrentado; 2) uma síntese das principais discussões realizadas; 3) a exposição da metodologia empregada; 4) os principais resultados ou conclusões alcançados. Logo abaixo do resumo, devem aparecer as palavras-chave. Recomendam-se entre 3 (três) e 5 (cinco). Elas devem estar: antecedidas da expressão “Palavras-chave”, seguida de dois-pontos; separadas entre si por ponto e vírgula (“;”) e finalizadas por ponto (“.”); grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.

Palavras-chave: palavra 1; palavra 2; palavra 3.

3.3.5 Sumário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 TÍTULO DO CAPÍTULO 1	10
1.1 Primeiro item do capítulo 1	10
1.1.1 Primeiro subitem do item 1.1	10
1.1.2 Segundo subitem do item 1.1	11
1.2 Segundo item do capítulo 1	11
1.2.1 Primeiro subitem do item 1.2	12
1.2.2 Segundo subitem do item 1.2	13
2 TÍTULO DO CAPÍTULO 2	14
2.1 Primeiro item do capítulo 2	15
2.1.1 Primeiro subitem do item 2.1	16
2.1.2 Segundo subitem do item 2.1	17
2.2 Segundo item do capítulo 2	18
2.2.1 Primeiro subitem do item 2.2	19
2.2.2 Segundo subitem do item 2.2	20
3 TÍTULO DO CAPÍTULO 3	21
3.1 Primeiro item do capítulo 3	22
3.1.1 Primeiro subitem do item 3.1	23
3.1.2 Segundo subitem do item 3.1	24
3.2 Segundo item do capítulo 3	25
3.2.1 Primeiro subitem do item 3.2	26
3.2.2 Segundo subitem do item 3.2	27
CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE A – TÍTULO.....	30
APÊNDICE B – TÍTULO.....	31
ANEXO A – TÍTULO	32
ANEXO B – TÍTULO	33
ANEXO C – TÍTULO	34

4 CITAÇÕES

4.1 SISTEMA DE CITAÇÃO

O sistema de citação adotado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito tanto para os projetos de pesquisa quanto para as dissertações de mestrado e teses de doutorado é o *sistema numérico*, também conhecido como “sistema de nota de rodapé” ou “sistema citação-nota”.

No sistema numérico:

- a fonte da citação deverá ser indicada em nota de rodapé, sem dispensar a lista de referências completas ao final do trabalho;
- em se tratando de *legislação e atos normativos*, porém, é dispensável a indicação da referência em nota de rodapé, bastando a sua apresentação ao final do trabalho;
- a indicação da fonte em nota de rodapé é feita por uma numeração única e consecutiva, em algarismos arábicos, a ser preservada em todo trabalho, e não iniciada a cada página ou a cada capítulo ou parte do trabalho;
- a primeira citação da obra deve ter sua referência apresentada em nota de rodapé de forma completa;
- as citações posteriores da mesma obra em nota de rodapé podem ser referenciadas de forma abreviada. Neste caso, recomenda-se adotar, no lugar das expressões latinas “idem” (id.), “ibidem” (ibid.) e “opus citatum” (op. cit.), a seguinte forma de referência: sobrenome do autor ou nome da entidade, título da obra, ano e página.

Exemplo:

Referência completa: COMPARATO, Fábio Konder. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 56.

Referência abreviada: COMPARATO. **Ética**, 2006, p. 56.

Importante: as notas de rodapé serão utilizadas não só para as *notas de referência*, abordadas acima, mas também para as *notas explicativas*, seguindo ambas uma mesma numeração.

4.2 FORMAS DE CITAÇÃO

Há três formas básicas de citação: a citação direta, a citação indireta e a citação de citação.

Em todas, deve-se indicar a fonte, com sua respectiva página.

4.2.1 Citação direta

Consiste na reprodução literal do trecho da obra consultada.

Citações diretas com *até 3 (três) linhas*: devem estar contidas entre aspas duplas. Nesse caso, as aspas simples serão utilizadas para indicar citação dentro da citação.

Citações diretas de *mais de 3 (três) linhas*: devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em tamanho 11, sem aspas.

Supressões são indicadas deste modo: [...]

Interpolações, acréscimos ou comentários são indicados deste modo: []

Ênfases ou destaques são indicados por meio de **negrito** ou *itálico*. Nesse caso, a nota de referência deverá estar acompanhada da expressão “grifo nosso”. Se a ênfase ou o destaque estiver na obra citada, a nota de referência deverá estar acompanhada da expressão “grifo do autor”.

Em se tratando de trecho traduzido pelo autor, a nota de referência deverá estar acompanhada da expressão “tradução nossa”.

4.2.2 Citação indireta

Também chamada de paráfrase, consiste na elaboração de texto próprio baseado na obra ou em trecho da obra de um terceiro, sem reprodução literal.

É obrigatória a indicação da página mesmo no caso de citação indireta.

4.2.3 Citação de citação

Consiste na citação direta ou indireta de uma obra que não foi consultada no original.

Deve ser evitada ao máximo, reservando-se aos casos de obras raras e de difícil acesso.

Para a realização da citação de citação, pode ser utilizada a expressão latina *apud*, que significa “citado por”.

5 REFERÊNCIAS

5.1 REGRAS GERAIS

As referências deverão aparecer no *rodapé* e na *lista de referências* ao final do trabalho.

5.1.1 Pontuação, recurso tipográfico e elementos essenciais

Tanto no rodapé quanto na lista de referências, as referências devem:

- 1) adotar um padrão uniforme de pontuação;
- 2) utilizar o negrito como recurso tipográfico para destacar o elemento título;
- 3) conter todos os elementos essenciais para a identificação do documento referenciado. Em caso de opção pelo uso de elementos complementares, eles deverão aparecer de maneira padronizada em todas as demais referências do mesmo tipo de documento.

5.1.2 Lista de referências

Na lista de referências, as referências devem ser:

- 1) digitadas em espaço simples, separadas entre si por uma linha em branco de espaço simples e alinhadas à margem esquerda do texto;
- 2) reunidas em uma única lista, organizada em ordem alfabética.

5.1.3 Documentos *on-line*

Em se tratando de documentos *on-line*, deve-se registrar:

- 1) o endereço eletrônico, precedido da expressão “Disponível em:”;
- 2) a data de acesso, precedida da expressão “Acesso em:”.

5.2 MODELOS

As referências devem estar em conformidade com os modelos abaixo, aplicando-se subsidiariamente a ABNT NBR 6023/2018.

5.2.1 Livros

a) Livro no todo

Elementos essenciais:

Autor; título; subtítulo (se houver); edição (apenas a partir da 2ª); local; editora; e data de publicação.

Exemplo:

BITTAR, Eduardo C. B. **O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

b) Capítulo de livro

Elementos essenciais:

Autor e título da parte, seguidos da expressão “In:” e da referência completa da monografia no todo.

Exemplo:

GONZÁLEZ, José Calvo. Tolstói e o direito: sobre a educação jurídica. *In*: STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karam (Orgs.). **Os modelos de juiz: ensaios de direito e literatura**. São Paulo: Atlas, 2019.

c) Livro no todo ou capítulo de livro digital

Elementos essenciais:

Referência completa do livro no todo ou do capítulo de livro, acrescida da expressão “E-book” ou “E-book não paginado”. Se o livro digital estiver disponível *on-line*, deve-se registrar, ainda, o endereço eletrônico e a data de acesso.

Importante: Caso o livro digital não seja paginado, em nota de rodapé, recomenda-se a indicação do respectivo capítulo, da posição do trecho ou de outro dado que permita a identificação da parte da obra citada.

Exemplos:

HOMEM, António Pedro Barbas; BRANDÃO, Cláudio. **Do direito natural aos direitos humanos**. Coimbra: Almeida, 2015. *E-book* não paginado.

CARVALHO, Felipe Rodolfo de (Org.). **Vidas vulneráveis**: ensaios de ética e filosofia dos direitos humanos. Porto Alegre: Fi, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://www.editorafi.com/040vidas>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Sentido e alteridade**: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. *E-book* não paginado. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/livros/sentidoealteridade/pag1.html>. Acesso em: 07 out. 2022.

5.2.2 Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso etc.)

Elementos essenciais:

Autor; título; subtítulo (se houver); ano de depósito; tipo do trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros); grau (especialização, doutorado, entre outros) e curso entre parênteses; vinculação acadêmica; local e data de apresentação ou defesa. Se o trabalho acadêmico estiver disponível *on-line*, deve-se registrar, ainda, o endereço eletrônico e a data de acesso.

Exemplo:

CARVALHO, Felipe Rodolfo de. **Outramente**: o direito interpelado pelo rosto do outro. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

5.2.3 Trabalhos publicados em eventos

Elementos essenciais:

Autor, título do trabalho e subtítulo (se houver), seguidos da expressão “In:”. Depois: nome do evento; numeração da edição do evento (se houver); ano e local de realização; título do documento (“Anais [...]”, por exemplo); local; editora ou instituição promotora do evento; data da publicação; páginas inicial e final. Se o trabalho estiver disponível *on-line*, deve-se registrar, ainda, o endereço eletrônico e a data de acesso.

Exemplo:

MENDES, Isabela Lenoir. Colonialidade, ideologia do desenvolvimento e dependência: limites à democracia substancial brasileira. *In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE*, 2021, *on-line*. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**. Criciúma: Programa de Pós-Graduação em Direito da UNOESC, 2022, p. 1-22. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/7377>. Acesso em: 08 out. 2022.

5.2.3 Artigos

a) Artigo ou matéria em periódico

Elementos essenciais:

Autor; título do artigo ou da matéria; subtítulo (se houver); título do periódico; subtítulo (se houver); local de publicação; numeração do ano e/ou volume; número e/ou edição; tomo (se houver); páginas inicial e final; e data ou período de publicação. Se o artigo ou a matéria estiver disponível *on-line*, deve-se registrar, ainda, o endereço eletrônico e a data de acesso.

Exemplo:

CARVALHO, Felipe Rodolfo de. A vocação do nosso tempo para a filosofia do direito... e para a filosofia dos direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 113, p. 293-308, jan./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/156565>. Acesso em: 13 ago. 2022.

b) Artigo ou matéria em jornal

Elementos essenciais:

Autor; título; subtítulo (se houver); título do jornal; subtítulo do jornal (se houver); local de publicação; numeração do ano e/ou volume (se houver); número (se houver); data de publicação; seção, caderno ou parte do jornal (se houver); e a paginação correspondente (se houver). Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data. Se o artigo ou a matéria estiver disponível *on-line*, deve-se registrar, ainda, o endereço eletrônico e a data de acesso.

Exemplo:

MENDES, Conrado Hübner. STF está na vitrine global do litígio climático: tribunal tem nova chance de ajudar a proteger as condições ambientais da vida humana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mar. 2022, Opinião. Disponível em: <https://folha.com/nl60df9v>. Acesso em: 09 out. 2022.

5.2.4 Legislação e atos normativos

Elementos essenciais:

Jurisdição ou cabeçalho da entidade; tipo de legislação ou ato normativo, número e data; ementa (se houver). Se a legislação estiver disponível *on-line*, deve-se registrar, ainda, o endereço eletrônico e a data de acesso.

Exemplos:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jul. 2022.

MATO GROSSO. **Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70444>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 mar. 2020.

CUIABÁ (MT). **Lei nº 6.605, de 16 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre o passe livre cultural que garante acesso gratuito em eventos socioculturais às pessoas com deficiências, revoga a Lei nº 5.634 de 21 de janeiro de 2013 e dá outras providências. Disponível em: <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=10766&temas=28>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Resolução nº 08, de 12 de agosto de 2016**. Aprova relatório sobre os direitos humanos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas na região sul do Brasil, do Conselho Nacional dos Direitos

Humanos – CNDH. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_resolucoes/2016/aprova-relatorio-sobre-os-direitos-dos-povos-indigenas-e-das-comunidades-quilombolas. Acesso em: 25 nov. 2021.

5.2.4 Projetos legislativos

Elementos essenciais:

Jurisdição; órgão legislativo; título do projeto de lei; ementa (se houver). Se o documento estiver disponível *on-line*, deve-se registrar, ainda, o endereço eletrônico e a data de acesso.

Exemplo:

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Complementar nº 183, de 2019.** Regulamenta o disposto no art. 153, inciso VII, da Constituição Federal, para instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137929>. Acesso em: 12 jul. 2020.

5.2.5 Jurisprudência

Elementos essenciais:

Nome do órgão judiciário; órgão julgador; identificação do processo ou da decisão; nome do relator (se houver); local e data de julgamento (se houver). Se o documento estiver disponível *on-line*, deve-se registrar, ainda, o endereço eletrônico e a data de acesso.

Exemplos:

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Herzog e outros vs. Brasil:** Sentença. São José, 15 mar. 2018. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Tribunal Pleno. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54.** Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 12 abr. 2012. Disponível em:

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>.

Acesso em 15 set. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo. **Processo nº 0021816-35.2012.8.11.0002**. Relatora: Maria Erotides Kneip. Cuiabá, 06 ago. 2018.

5.2.5 Súmulas

Elementos essenciais:

Nome do órgão judiciário; identificação da súmula; enunciado; local e data de julgamento (se houver). Se o documento estiver disponível *on-line*, deve-se registrar, ainda, o endereço eletrônico e a data de acesso.

Exemplo:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Súmula nº 618**. A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental. Brasília, 14 out. 2018. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/sumstj/article/download/5047/5174>. Acesso em: 23 abr. 2020.

NORMAS DA ABNT

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento – apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e recensão – apresentação. Rio de Janeiro, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6034**: informação e documentação – índice – apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12225**: informação e documentação – lombada – apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAÚJO, IZABEL Antonina de *et al.* **Diretrizes para normalização de trabalhos acadêmicos da UFMG**: trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações e teses. Belo Horizonte: RI-UFMG, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/static/politica/diretrizes-para-normalizacao-de-trabalhos-academicos-da-UFMG.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

BARROS, Manuel de. O livro das ignoranças. *In: Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOTECA DA UNISINOS. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**: artigos, projeto, relatório, trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese. 20. ed. rev. e mod. São Leopoldo: UNISINOS, 2019. *E-book*. Disponível em: http://www.unisinos.br/biblioteca/images/abnt-2019-2/MANUAL_ABNT_BIBLIOTECA_14_08.pdf. Acesso em: 08 out. 2022.

CARDOZO, Marlene (Org.). **Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos da PUC-SP**. São Paulo: Biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/teologia/manual-de-metodologia-para-trabalhos-cientificos.pdf>. Acesso em: 06 out. 2022.

CARVALHO, Salo de. **Como não se faz um trabalho de conclusão**: provocações úteis para orientadores e estudantes de direito. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 26. ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2016.

FEFERBAUM, Marina; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (Coords.). **Metodologia da pesquisa em direito**: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira (Coord.). **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: parte 1 (ABNT). 4. ed. São Paulo: AGUIA, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/459/413/2006>. Acesso em: 08 out. 2022.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Guia de metodologia jurídica**: teses, monografias e artigos. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: YK, 2017.

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do Código de Hamurabi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em direito. *In: Sua excelência o comissário e outros ensaios de sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Monografia jurídica**: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso. 3. ed. rev. e aum. Porto Alegre: Síntese, 2003.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica**: passo a passo. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Marluce Souza; THEODORO, Marcelo Antonio. **Manual de metodologia**: elaboração de projetos de pesquisa, dissertações e teses. Cuiabá: Programa de Pós-Graduação em Direito Agroambiental da Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

OUTROS DOCUMENTOS CITADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. **Linha de pesquisa 01.** Disponível em: <https://www.ufmt.br/curso/ppgd/pagina/linha-de-pesquisa-01/4115>. Acesso em: 13 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. **Linha de pesquisa 01.** Disponível em: <https://www.ufmt.br/curso/ppgd/pagina/linha-de-pesquisa-01/4115>. Acesso em: 13 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. **Linha de pesquisa 02.** Disponível em: <https://www.ufmt.br/curso/ppgd/pagina/linha-de-pesquisa-02/4116>. Acesso em: 13 out. 2022.